

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 2ª Reunião Extraordinária - 14/10/2011 - 09h00min

Instituto Agrônomo de Campinas - IAC – Campinas – SP

1 **1. Pauta de Convocação:** A pauta e a convocação
2 da reunião extraordinária foram encaminhadas no
3 dia 27/09 a todos os membros da CT-RURAL, por
4 meio de mensagem eletrônica transmitida por seu
5 coordenador João Baraldi.

6 **2. Abertura:** A abertura da reunião foi feita pelo
7 Coordenador João Baraldi que agradeceu a
8 participação de todos, incluindo a presença de
9 representantes de duas Câmaras Técnicas do
10 Comitê PCJ: da Indústria e de Recursos Naturais. A
11 Sra. Isabela do IAC deu boas vindas aos integrantes
12 da CT-RURAL e aos convidados e em seguida os
13 participantes se apresentam.

14 **3. Informes Gerais**

15 O R. Baraldi leu a pauta da reunião extraordinária
16 para dar sequência aos trabalhos previstos.

17 **4. Apresentação e Aprovação de Projetos de** 18 **Demanda Induzida**

19 O Sr. Brasi comentou que seriam apresentadas
20 duas propostas de projetos na forma de demanda
21 induzida: (i) o projeto de
22 levantamento/cadastramento de unidades
23 produtivas para investimentos em serviços
24 ambientais e (ii) o Projeto de Adequação Ambiental
25 de Propriedades Rurais na Conservação e a
26 Preservação dos Recursos Hídricos na Sub-Bacia
27 da Cantareira.

28 **a) Projeto de levantamento/cadastramento de** 29 **unidades produtivas para investimentos em** 30 **serviços ambientais**

31 O Sr. Brasi comentou que é preciso conhecer a
32 zona rural: os produtos que são produzidos e seus
33 sistemas de produção para que os proprietários
34 estejam aptos a solicitar investimentos futuros.
35 Segundo ele, o cadastro servirá como norteador dos
36 projetos e programas. O cadastro deverá
37 complementar as informações do LUPA, com foco
38 especial na rede a hídrica e a vegetação. A
39 proposta é trabalhar com todas as câmaras técnicas
40 e órgãos afetos à questão rural. Não se trata de
41 substituir atribuições e sim de complementar
42 informações e dados já existentes.

43 O Sr. Maurício do Instituto Ipê comentou que todos
44 os projetos de demanda induzida deverão ser
45 encaminhados pela Câmara Técnica que lançará
46 um edital de chamamento.

47 A Sra. Dea da Prefeitura de Campinas
48 complementou dizendo que a proposta do cadastro
49 é dar suporte aos projetos e programas
50 desenvolvidos no meio rural.

51 O Sr. Baraldi

52 O Sr. Brasi iniciou uma apresentação de slides
53 comentando que o projeto de cadastramento tem
54 enquadramento no PDC-1 – Base de Dados e
55 Sistema de Informação em Recursos Hídricos.
56 Informou que o objetivo é levantar e cadastrar as
57 34.653 propriedades rurais.

58 A Sra. Claudia da APTA de Piracicaba questionou
59 sobre quem iria levantar os dados: os técnicos
60 contratados ou os proprietários?

61 O Sr. Brasi informou que a metodologia e o
62 instrumental de coleta de dados e informações
63 serão definidos conjuntamente por vários órgãos e
64 entidades, como CATI, FGV, USP, UNICAMP,
65 sindicatos, cooperativas, prefeituras. Informou ainda
66 que o cadastramento será divulgado todos os
67 canais de mídia

68 O Sr. Denis da CATI propôs que se entre em
69 contato com o coordenador do CATI para que o
70 projeto de cadastramento tenha um apoio formal da
71 instituição.

72 Sr. Edwaldo da Terceira Via questionou o tempo de
73 execução, lembrando que o FEHIDRO aprova na
74 prática um ano de execução de projeto.
75 Dependendo do tipo do projeto a equipe de
76 avaliação do FEHIDRO exige que o projeto
77 apresente resultados em um ano.

78 O Sr. BRASI informou que são dois anos de projeto.
79 A Sra. DEA da Prefeitura de Campinas sugeriu que
80 a segunda fase do projeto, que inclui a coleta de
81 informações mais detalhadas e complexas, se
82 transforme em outro projeto a ser futuramente
83 submetido ao Comitê do PCJ.

84 O Sr. Binda do STR Jundiá comentou que se existe
85 essa recomendação do FEHIDRO quanto ao tempo
86 do Projeto que o Sr. Edwaldo está apontando, deve-
87 se verificar. De qualquer forma. Alertou para que o
88 projeto seja adaptado para apresentar um pré-
89 produto ao final de um ano para evitar qualquer
90 problema futuro. Complementou ainda dizendo que
91 se não tivermos dados atualizados sobre as
92 propriedades rurais não adianta apresentar projetos.

93 O Sr. Brasi comentou que o Comitê PCJ e todas as
94 instituições integrantes carecem de informações e
95 dados mais precisos sobre as propriedades rurais.
96 Comentou ainda que o Sr. Denis será
97 possivelmente o interlocutor da CT-RURAL junto a
98 CATI, lembrando que se tem encontrado muita
99 resistência interna na instituição. O Sr. Brasi
100 informou ainda que o CTPB pediu para apresentar
101 um programa de cadastramento da área rural até o
102 dia 24 de outubro. Alertou ainda que se houver
103 interesse pela CT-RURAL, poderíamos encaminhar

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 2ª Reunião Extraordinária - 14/10/2011 - 09h00min

Instituto Agrônomo de Campinas - IAC – Campinas – SP

104 um projeto para apreciação que pode ser totalmente
105 diferente do que estou apresentando.
106 O Sr. Ricardo da TNC comentou que os técnicos da
107 CATI são sobrecarregados. Existe um teto
108 (orçamento)?
109 O Sr. Miguel da Prefeitura de Rio Claro solicitou que
110 o levantamento incluísse informações sobre
111 nascentes e postos artesianos.
112 O Sr. Irineu da Prefeitura de Jaguariúna comentou
113 que é muito importante para as prefeituras
114 conhecerem a realidade das propriedades rurais em
115 seus territórios, bem como os produtos gerados.
116 Lembrou ainda que o Projeto Município Verde Azul
117 exige muitos levantamentos e que esse
118 cadastramento vem de encontro com essa
119 demanda.
120 O Sr. Brasi informou que todos os segmentos
121 envolvidos faziam parte do grupo gestor no projeto
122 original. O problema é aporte de recurso e repasse.
123 Muitas das informações estão na CATI que é a
124 nossa parceira e ela é o ponto nevrálgico do projeto.
125 O importante é que os municípios e o Estado
126 trabalhem juntos.
127 Sr. Dorival da Secretaria de Meio Ambiente de
128 Americana informou que as prefeituras têm muitas
129 informações sobre os agricultores, por conta do
130 Projeto Município Verde Azul.
131 O Sr. Brasi enfatizou que o tempo estimado para a
132 execução do projeto é de 24 meses. Sabemos que
133 muitos municípios possuem muitas informações, por
134 isso a primeira fase do Projeto se destina à coleta
135 de informações secundárias/preliminares nos 4
136 meses iniciais. Os 18 meses seguintes serão
137 destinados para o levantamento de campo das
138 informações faltantes e os 2 meses finais para
139 produção dos relatórios.
140 O Sr. João Carlos do STR Bragança comentou que
141 seria interessante a construção de um ferramental
142 específico para o cadastramento, pois se trata de
143 um projeto "colméia", com perfil de mosaico para o
144 qual haveria apoio das prefeituras.
145 O Sr. Brasi comentou que a CT-RURAL não deve
146 perder oportunidade de apresentar uma proposta de
147 cadastramento. Quem vai executar ainda não está
148 definido, pois cabe a CTPL indicar o tomador. Isso é
149 faz parte da regra do jogo. Cabe-nos encaminhar o
150 projeto.
151 A Sra. Claudia da APTA de Piracicaba lembra que é
152 fundamental justificar bem o projeto e deixar claro o
153 que ele pretende, além de apontar qual será o
154 ganho com a sua execução, considerando a
155 existência de levantamentos anteriores. Também

156 comentou que é importante deixar claro a
157 metodologia, que inclui a coleta de informações por
158 técnicos e agricultores
159 O Sr. Denis CATI declarou que apóia pessoalmente
160 o projeto, mas que não pode desconsiderar a
161 hierarquia dentro da instituição. Com a nova
162 administração nova da CATI talvez não
163 encontremos tanta resistência.
164 O Sr. Miguel da Prefeitura de Rio Claro disse que
165 temos que ser objetivos e aprovar o projeto. A
166 CTPL resolverá posteriormente o tomador.
167 O Sr. Denis da UNICAMP pergunto o que vamos
168 apresentar. Proposta ou projeto completo? Se for
169 projeto falta metodologia.
170 O Sr. Brasi informou que será apresentado projeto,
171 senão vão nos empurrar uma proposta externa de
172 cadastramento "goela abaixo". Já perdemos dois
173 anos e meio. Se não elaboramos o projeto ainda
174 esse ano perderemos a oportunidade.
175 A Sra. Dea da PM de Campinas comentou que a
176 CT-RURAL tem que levar algo de concreto hoje.
177 Caso contrário, acabaremos perdendo a nossa
178 credibilidade com CT – RURAL junto ao Comitê
179 PCJ.
180 O Sr. João do STR Bragança lembrou que o projeto
181 tem que ter caráter regional, senão não irá ser
182 aprovado pelo Comitê PCJ. Além disso, o projeto
183 tem que atender pelo menos uma sub-bacia, com
184 todos os municípios incluídos.
185 O Sr. Tomaz do Instituto Ipê sugeriu que seja
186 incluída uma etapa anterior de realização de
187 articulação interinstitucional no projeto.
188 O Sr. Penatti do STR de Piracicaba declarou que
189 sempre foi contrário à cobrança de água no meio
190 rural. Quem preserva as águas são os produtores. É
191 muita perda de água na cidade. Onde está o
192 problema? Nos grandes centros, com poluição e
193 perda de água. Temos que mudar esse foco. No
194 momento que os agricultores são cadastrados
195 também serão cobrados pelo uso da água.
196 O Sr. Baraldi disse que se preocupa muito com a
197 problemática de cobrança de água no meio rural,
198 pois quem mais consome água são os pequenos e
199 médios proprietários (80 m3/dia com atividades
200 hortifrutigranjeiro) e são os que colocam produtos
201 na cesta básica. O cadastro vai beneficiar os
202 pequenos e médios produtores?
203 O Sr. Brasi comentou que o cadastro irá apoiar a
204 reivindicação de elevar a quantidade de água
205 permitida sem cobrança, que hoje são 5m3.
206 Estamos estudando tudo que vem de encontro aos



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 2ª Reunião Extraordinária - 14/10/2011 - 09h00min

Instituto Agrônomo de Campinas - IAC – Campinas – SP

207 interesses dos proprietários bons usuários da água
208 e dos recursos naturais.

209 O Sr. Baraldi comentou que depois de todo esse
210 debate está claro que o cadastro vai beneficiar os
211 agricultores.

212 O Sr. João do STR Bragança informou que as
213 Agências e as Câmara Técnicas devem por lei
214 realizar o cadastramento dos agricultores.

215 O Sr. Leandro da CT-Indústria informou que o Plano
216 de Bacia fez re-enquadramento dos corpos de água.
217 Para o setor industrial foi feito o levantamento e
218 cadastro e discussão com metas progressivas para
219 até 2035. Lembrou ainda que indústria está
220 cadastrada na CETESB.

221 O Sr. Celso da Prefeitura de Nova Odessa
222 comentou que os agricultores terão uma força maior
223 com o cadastramento e isso apoiará também os
224 Planos Diretores Municipais.

225 O Sr. Baraldi colocou em aprovação a apresentação
226 do projeto de cadastramento para ser apresentado
227 como demanda induzida pela CT-RURAL e todos
228 aprovaram por unanimidade.

229 O Sr. Brasi comprometeu-se fazer ajustes e
230 adequações necessárias do Projeto "Levantamento
231 de Unidades para Investimentos Ambientais", com
232 intuito de incluir as contribuições, alterações,
233 sugestões que os membros da câmara julgarem
234 necessárias para se tenha um projeto a altura da
235 CT-RURAL. Para isso o Sr. Brasi comprometeu-se
236 enviar o projeto para todos os membros da câmara
237 técnica por e-mail.

238 **B) Projeto "Adequação Ambiental de**
239 **Propriedades Rurais na Conservação e a**
240 **Preservação dos Recursos Hídricos na Sub-**
241 **Bacia da Cantareira**

242 O Sr. Edwaldo da Terceira Via fez uma
243 apresentação sobre o projeto "Adequação
244 Ambiental de Propriedades Rurais na Conservação
245 e a Preservação dos Recursos Hídricos na Sub-
246 Bacia da Cantareira, com o objetivo de conseguir
247 apoio da CT-RURAL para enviá-lo como demanda
248 induzida para o Comitê do PCJ.

249 Os municípios contemplados no projeto localizam-
250 se no sul do estado de Minas Gerais, entre eles:
251 Camanducaia, Extrema, Itapeva, Sapucaia-Mirim. E
252 em São Paulo: Joanópolis, Piracaia, Atibaia,
253 Bragança Paulista, Vargem, Bom Jesus dos
254 Perdões, Mairiporã, Nazaré Paulista e outros. O Sr.
255 Edwaldo informou que a Bacia da Cantareira foi
256 artificialmente criada, contemplando os municípios
257 que contribuem para abastecimento da cidade de
258 São Paulo.

259 Objetivo geral do projeto é planejar as propriedades
260 de modo atender a legislação ambiental e criar
261 alternativas de uso sustentável da floresta e de
262 áreas de preservação permanente, sob os conceitos
263 da agroecologia.

264 Segundo o Sr. Edwaldo o pagamento por serviços
265 ambientais é um mecanismo temporário, contribui,
266 mas não resolve totalmente. A proposta do projeto é
267 modelar uma nova alternativa de produzir para o
268 mercado, incluindo, por exemplo, o turismo rural. A
269 idéia é inovar e criar novas alternativas econômicas
270 com uso sustentável da propriedade e com apoio
271 técnico.

272 O projeto pretende informar aos agricultores sobre
273 possíveis incentivos, produtos e serviços possíveis
274 de serem acessados e implementados nas
275 propriedades rurais, como os que se seguem:
276 Incentivos: crédito de carbono(emissão e/ou
277 mitigação – florestal; PSA (água); compensação de
278 RL; incentivos e/ou compensações fiscais: ISS,
279 ICMS, ITR; programas e projetos (políticas públicas
280 – plano nacional da biodiversidade, política nacional
281 de agroecologia - e privadas), bolsa verde,
282 financiamentos diferenciados (Pronaf agroecologia,
283 Pronaf Baixo Carbono), RPPN.

284 Produtos: coleta de sementes (falta no mercado);
285 produção de mudas; extrativismo sustentável; SAF
286 de uso múltiplo não madeireiro e madeireiro ;
287 sistemas silvipastoril, apicultura, etc

288 Serviços: turismo no meio rural, turismo ecológico.

289 **Discussão sobre o Projeto:**

290 Sra. Cláudia da APTA de Piracicaba questionou se
291 o projeto refere-se à execução da adequação
292 ambiental nas propriedades ou de planejamento da
293 adequação.

294 O Sr. João do STR Bragança perguntou sobre os
295 custos e quantos agricultores serão contemplados
296 no projeto

297 O Sr. Edwaldo da Terceira Via respondeu dizendo
298 que ainda não foram definidos todos os detalhes. O
299 projeto envolve 12 municípios e serão feitas
300 palestras em cada um deles. A definição da
301 quantidade de propriedades será de acordo com a
302 adesão (pelo menos uma propriedade/município –
303 cria efeito espiral como projeto piloto). A proposta é
304 criar comprometimento do produtor em executar o
305 plano de adequação ambiental. A estratégia para
306 conseguir a adesão dos agricultores envolve ampla
307 divulgação e parcerias, incluindo órgãos públicos e
308 empresas.

309 O Sr. Tomas do Instituto IPE questionou a inclusão
310 de municípios fora do Comitê PCJ.



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 2ª Reunião Extraordinária - 14/10/2011 - 09h00min

Instituto Agrônomo de Campinas - IAC – Campinas – SP

311 O Sr. Edwaldo da Terceira Via respondeu
312 informando que somente municípios enquadrados
313 no PCJ serão contemplados no Projeto. Somente há
314 exceção com relação à delimitação da sub-bacia da
315 Cantareira, incluindo Bom Jesus dos Perdões. O
316 Projeto será de um ano e atende todas as
317 deliberações do Comitê PCJ. Como se trata de um
318 projeto de demanda induzida a CT-RURAL, caso
319 aprove, irá acompanhar o desenvolvimento do
320 Projeto através do GT Acompanhamento. O
321 detalhamento do projeto será feito após a provação
322 da CT-RURAL que inclui orçamento, atividades,
323 metas, resultados esperados, prazos etc. No
324 momento de protocolar o projeto o mesmo tem que
325 estar completo para ser enviado à CTPL que irá
326 definir o tomador (pré-qualificação). O prazo de
327 inscrição é 26/10/2011.

328 O Sr. Penatti do STR de Piracicaba questionou se
329 os agricultores estão envolvidos e sabendo do
330 projeto.

331 O Sr. Edwaldo comentou que a Terceira Via possui
332 outros projetos na região que possuem caráter de
333 mobilização e sensibilização dos agricultores.
334 Fornece como exemplo o Projeto "Coletivo
335 Educadores" em que os agricultores não conheciam
336 a proposta, mas foram envolvidos com o
337 desenvolvimento do projeto, através das oficinas.
338 Como resultado o projeto formou 400 multiplicados
339 envolveu indiretamente cerca de 20.000 pessoas.
340 Portanto, segundo Edwaldo, faz parte da estratégia
341 o envolvimento e mobilização da população alvo do
342 projeto.

343 O Sr. Fernando da ESALQ questionou os efeitos e
344 resultados práticos do projeto.

345 O Sr. Edwaldo respondeu informando que o
346 resultado do projeto é o próprio processo de
347 educação ambiental e conscientização. O produto é
348 construção dos núcleos coletivos locais. A idéia do
349 projeto é emponderar a comunidade. Informou ainda
350 que a primeira etapa trata da mobilização e
351 planejamento; a segunda etapa é a execução e a
352 terceira etapa são as atividades de
353 acompanhamento e monitoramento.

354 O Sr. Penatti do STR de Piracicaba declarou ser
355 contrário solicitar recurso sem saber se o produtor
356 deseja o projeto.

357 O Sr. Baraldi respondeu dizendo que o projeto está
358 oferecendo informação, comunicação e orientação e
359 que isso possui um valor imenso, considerando a
360 falta de acesso à informação no meio rural.

361 A Sra. Isabela do IAC se pronunciou comentando
362 que não está conseguindo enxergar o
363 produto/resultado final do projeto.

364 O Sr. Edwaldo da Terceira Via comentou que o
365 projeto propõe modelo sustentável (econômico e
366 ambiental) de propriedade (produto). Tem uma
367 distância em conseguir. Projeto elaborado da
368 propriedade – resultado. Se quiser dar continuidade,
369 implantar o projeto o agricultor pode acessar
370 financiamentos. Implantar um projeto em cada
371 município que servirá como difusor. O projeto inclui
372 indicar os "caminhos das pedras" (as fontes de
373 recursos e financiamentos, parcerias)

374 Sr. Tomas do Instituto Ipê sugeriu que o projeto
375 fosse enviado como demanda espontânea e não
376 induzida.

377 Sr. Petrus da Cooperativa Holambra comentou que
378 a proposta do projeto é produzir de forma
379 diferenciada, mudando a concepção do sistema de
380 produção. Formar e organizar os agricultores com
381 foco no meio ambiente.

382 Sra. Isabela do IAC também se manifestou em favor
383 de demanda espontânea.

384 Sr. Fernando da ESALQ comentou que acha que o
385 Projeto não deixa claro o vínculo entre incentivos,
386 produtos e serviços. Não mostra como será feito
387 isso. Além disso, parece ser um projeto muito
388 ambicioso. Uma alternativa seria enfocar mais em
389 um tema, como a água. Muita coisa "na cesta" para
390 um projeto de um ano.

391 Sr. Edwaldo da Terceira Via comentou que uma
392 propriedade adequada pode atender a vários
393 quesitos. São possibilidades que o planejamento
394 definirá.

395 Sra. Isabela do IAC comentou que falta método de
396 como chegar lá. Vai chegar um mapa que é um
397 produto pequeno (planejamento) para ser projeto de
398 demanda induzida.

399 Sr. da Ricardo TNC comentou que falta um vínculo
400 forte com a missão da CT-RURAL que se propõe ao
401 uso e conservação da água.

402 Sr. Baraldi mencionou que todas as práticas voltam-
403 se para a conservação de água, como conservação
404 do solo, curvas de água, revegetação das matas
405 ciliares, terraceamento etc.

406 Sr. Edwaldo da Terceira Via comentou que as
407 práticas convencionais diminuem a quantidade e
408 qualidade de água. Temos que trabalhar com
409 mudança de comportamento dos agricultores. As
410 discussões geradas aqui ajudam a organizar o
411 projeto e adequá-lo. Disse que há possibilidade de
412 enviar o projeto como demanda induzida e depois

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 2ª Reunião Extraordinária - 14/10/2011 - 09h00min

Instituto Agrônomo de Campinas - IAC – Campinas – SP

413 retornar a CT-RURAL para avaliar se atende às
414 exigências de demanda induzida. Comentou ainda
415 que tanto projetos de demanda induzida como
416 espontânea tem que se enquadrar nos critérios do
417 PDC, a única coisa que muda é o envolvimento da
418 câmara técnica.

419 Sr. Edwaldo se prontificou a fazer a readequações
420 do projeto com enfoque na conservação da água e
421 outras recomendações. Outra alternativa é não
422 aprovar o projeto agora e depois desenvolvê-lo
423 durante o ano que vem. Lembra que o projeto não
424 foi suficientemente detalhado.

425 Sr. Baraldi colocou duas propostas em votação:
426 demanda induzida e demanda espontânea.

427 **Resultado da votação**

428 **Doze pessoas votaram em demanda induzida:**

429 João Carlos do SR de Bragança Paulista; Renata
430 Freire da DAE de Jundiaí; Danilo Francisco Fisher
431 da PM de Limeira; Leonardo Alves dos Anjos do
432 SRT de Piracaia; João Primo Baraldi do STR de Rio
433 Claro; Rogério Aurieme da PM de Atibaia; Rubens
434 Bacchim da DAE/Santa Bárbara d'Oeste;
435 Waldemar Bobo do IPSA/Corumbataí; Nilton Piccin
436 do STR de Limeira; Edwaldo da Terceira Via; João
437 Batista Zuca da PM de Elias Fausto; Muiguel
438 Milinski da PM de Rio Claro.

439 **Treze pessoas votaram como demanda**

440 **espontânea:** Isabella Clerici De Maria do IAC;
441 Petrus B. Weel das Cooperativas Holambra; Ricardo
442 Viani da TNC; José Rodolfo Penatti do STR de
443 Piracicaba; Dorival Scalabrin da PM de Americana;
444 Rafael Eduardo Chiodi do Instituto Ipê; Fernando
445 Campos Mendonça da ESALQ; Claudia Mira
446 Attanasio da APTA; José de Sordi Neto da PM de
447 Nova Odessa; Maurício Magossi da CETESB; Irineu
448 Gustavo Júnior da PM de Jaguariúna; Julia Fatuch
449 da CBRN/SMA e Luiz Antônio Brasi do Rotary
450 International

451 Abstiveram 2 pessoas: Denis da UNICAMP e José
452 Fernando Fiolo da SANASA/Campinas.

453 Com esse resultado a plenária resolveu de comum
454 acordo que o projeto deverá passar por uma
455 readequação para o ano que vem com foco na
456 conservação da água no meio rural e incluir as
457 exigências e critérios das instituições que fazem
458 parte da CT-RURAL, além de envolver os
459 proprietários.

460 **5. Considerações Finais**

461 Sr. Baraldi colocou em aprovação a última ATA da
462 reunião da CT-RURAL e todos aprovaram. Lembrou
463 que a próxima reunião da CT-RURAL será no dia
464 11/11 em Serra Negra.

465 O Sr. Baraldi finaliza a reunião da CT-RURAL
466 agradecendo a atenção e participação de todos.
467 Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Baraldi
468 encerrou a reunião e eu, Renata Freire lavrei a
469 presente em seu pleno teor.

470

471 Campinas, 14 de outubro de 2011

472

473 João Primo Baraldi

474 Coordenador

475

476 Luiz A. C. S. Brasi

477 Coordenador Adjunto

478

479 Renata Freire

480 Secretária